



COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO ENTRE A UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE QUILOMBOLA FAMÍLIA ARAÚJO

Ilza Moreira Barbosa Prado¹

Marilda Pinheiro de Aguiar¹

Giovana Carvalho Lucas Pereira¹

Lucélia Costa Alves¹

Matheus de Mendonça Gonçalves Leite²

INTRODUÇÃO: A prática curricular de extensão, realizada no 2º semestre de 2023 e no 1º semestre de 2024, como trabalho interdisciplinar dos 5º e 6º períodos do Curso de Direito da PUC Minas, unidade Betim, foi construída e realizada com o propósito de propiciar o acesso da Comunidade Quilombola Família Araújo às informações sobre os direitos quilombolas e as políticas públicas quilombolas. A Comunidade Quilombola Família Araújo foi certificada pela Fundação Cultural Palmares por meio da Portaria FCP nº 174, 11 de agosto de 2022, passando, então, a ter direito de acessar as políticas públicas quilombolas previstas no Programa Aquilomba Brasil (Decreto nº 11.447/2023), tais como a regularização fundiária, educação escolar quilombola, quotas quilombolas para universidades públicas, dentre outras. A falta de efetividade dos direitos quilombolas é causada, dentre outros fatores, pela falta de acesso das comunidades às informações sobre os direitos quilombolas e políticas públicas quilombolas formalmente previstos na legislação em vigor. **Objetivo:** O objetivo principal da prática curricular de extensão, construído a partir do diálogo com a Comunidade Quilombola Família Araújo, é proporcionar o acesso às informações sobre os direitos quilombolas e sobre as políticas públicas quilombolas, viabilizando, assim, tanto o exercício dos direitos quilombolas, quanto o acesso às políticas públicas quilombolas, que devem ser executadas por diversos órgãos/entidades públicas de todos os entes federativos. **MATERIAL E MÉTODOS:** A metodologia adotada envolveu a realização de roda de conversa, de palestra e

¹ Aluna do Curso de Graduação em Direito da PUC Minas Campus Betim.

² Doutor em Teoria do Direito (2014) e Mestre em Direito Público (2008) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Professor da Graduação e Pós-Graduação do Curso de Direito da PUC Minas. Coordenador do Projeto de Extensão “A luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo”, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PROEX/PUC MINAS). Advogado da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N’Golo.

a elaboração de uma cartilha explicativa dos direitos quilombolas e das políticas públicas quilombolas. A roda de conversa foi realizada no dia 21/09/2023, em formato híbrido (presencial e virtual), com a participação de lideranças quilombolas e de professores e alunos da PUC Minas, com transmissão ao vivo pelo canal PUC Minas Lives no YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=2xVtY_uuoO8). A palestra “Racismo Estrutural e Igualdade Racial”, proferida pelo advogado Vanderlei L. Francisco (ex-Diretor do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra da Fundação Cultural Palmares), foi realizada no dia 11/05/2024, no território da Comunidade Quilombola Família Araújo. A gravação da palestra está disponível em: https://drive.google.com/file/d/11CwKU5xH_RSacZw531NGGIVRspt3yjsxN/view. A cartilha foi construída a partir das informações obtidas pelas pesquisas bibliográficas sobre os direitos quilombolas e as políticas públicas quilombolas. A redação da cartilha foi feita com a preocupação de traduzir a linguagem científica e a linguagem legal sobre quilombos numa linguagem acessível aos membros da Comunidade Quilombola Família Araújo, empoderando a comunidade por meio do acesso e domínio das informações imprescindíveis para o exercício dos direitos quilombolas e para o acesso às políticas públicas quilombolas. A cartilha está acessível em: <https://drive.google.com/file/d/1fPj5OwcvTjaKXMVRTnQRXWjnsYQnsGxx/view?ts=66881e49>.

RESULTADOS e DISCUSSÃO: A relevância da prática extensionista foi destacada na promoção da inclusão social e na reflexão crítica sobre o papel do curso de Direito na educação étnico-racial e no enfrentamento do racismo institucional. Ficou evidenciada a importância do acesso à informação sobre os direitos e políticas públicas quilombolas. Sem essas informações, essas comunidades não conseguem reivindicar a efetivação de seus direitos. A continuidade de políticas públicas éticas e inclusivas é fundamental para garantir justiça social e equidade, especialmente para comunidades historicamente marginalizadas como os quilombolas.

Palavras-chave: Comunidade quilombola; Direitos humanos; Prática extensionista.

Keywords: Quilombola community; Human rights; Extension practice.

REFERÊNCIAS

Brasil e Seu Comitê Gestor . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 2023. Seção 1, p. 1. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11447.htm>. Acesso em:
05 jul. 2024.

BRASIL. Comunidades Certificadas: CRQs Certificadas. Brasília, 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/crqs-certificadas-03-06-2024.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.